

Reflexões sobre a história do ensino de Psicologia nos cursos de licenciatura

ARTIGO

Nadiane Maria da Silva Tibúrcioⁱ 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Cynara Teixeira Ribeiroⁱⁱ 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

1

Resumo

Este estudo objetiva mapear o percurso histórico do ensino de Psicologia no âmbito dos cursos de formação docente no período entre 1827 até os dias atuais, partindo da premissa de que foi neste período que foram manifestadas preocupações explícitas com a formação docente no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de publicações nacionais nas bases de dados SciELO, CAPES e Google Acadêmico. Os resultados apontam para um ensino de Psicologia Educacional marcado historicamente por concepções racistas e higienistas com vistas à classificação e seleção de estudantes, além de um ensino pautado nos conteúdos programáticos e nos aspectos teóricos da disciplina, sendo recente a influência de concepções críticas e progressistas neste ensino. As conclusões permitem compreender a diversidade de perspectivas assumidas pela Psicologia Educacional bem como seus possíveis efeitos na formação inicial de professores.

Palavras-chave: Psicologia da Educação. Formação de professores. História da Educação.

Reflections on the history of teaching Psychology in undergraduate courses

Abstract

This study aims to map the historical path of Psychology teaching within the scope of teacher training courses in the period between 1827 and the present day, starting from the premise that it was in this period that explicit concerns with teacher training in Brazil were expressed. For that, a bibliographical research was carried out from national publications in the SciELO, CAPES and Google Scholar databases. The results point to a teaching of Educational Psychology historically marked by racist and hygienist conceptions with a view to the classification and selection of students, in addition to a teaching based on the syllabus and theoretical aspects of the discipline, with the recent influence of critical and progressive conceptions in this field. teaching. The conclusions allow us to understand the diversity of perspectives assumed by Educational Psychology as well as its possible effects on initial teacher training.

Keywords: Educational Psychology. Teacher Education. History of Education.

1 Introdução

2

A história da formação de professores no Brasil revela dilemas enfrentados nesta área acadêmica, que dizem respeito tanto a aspectos políticos como teóricos e práticos, dentre os quais destacamos as condições precárias de trabalho da carreira docente, os baixos salários dos professores, a desvalorização da profissão e a prevalência de modelos formativos que engendram currículos limitados em relação à formação inicial e continuada (SAVIANI, 2009; GATTI, 2010). Tais apontamentos, ainda presentes no contexto educacional brasileiro e nas práticas dos formadores, geram preocupações com a qualidade da formação docente e o desempenho destes professores nas redes de ensino.

Considerando esse contexto, analisar as questões históricas subjacentes à formação docente no Brasil fornece subsídios para uma compreensão mais acurada das dificuldades relativas aos currículos e à organização educacional das licenciaturas. É, então, com essa perspectiva, examinando as questões pedagógicas articuladas às transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos dois séculos, considerando os períodos históricos da formação de professores, bem como os modelos contrapostos estruturados para a formação docente com base nos dizeres de Saviani (2009), Gatti (2010) e Diniz-Pereira (2013), que este artigo objetiva mapear o percurso histórico do ensino de Psicologia no âmbito dos cursos de formação docente no período entre 1827 até os dias atuais, partindo da premissa de que foi neste período que foram manifestadas preocupações com a preparação docente no país.

Cabe ressaltar que a Psicologia na formação docente integra o rol de disciplinas que constituem os fundamentos da educação, sendo muitas vezes nomeada como Psicologia Educacional, Psicologia da Educação, Psicologia na Educação, Psicologia Escolar, dentre outros termos (GOMES; PEREIRA, 2022). Esta, é uma das ciências basilares para os cursos de licenciatura, a qual contempla os saberes científicos atrelados à história da Psicologia na área da Educação, assim como as concepções teóricas-metodológicas que abordam os principais aspectos sobre ensinar e aprender, e subsidiam a prática docente, além de permitir a reflexão sobre esta prática (BZUNECK, 1999;

TIBÚRCIO; FONSECA, 2020). A construção desta pesquisa de cunho bibliográfico baseia-se em textos indexados, garantindo, dessa forma, interpretações e conclusões qualificadas pautadas em critérios técnicos e científicos.

2 Metodologia

3

Esta pesquisa consiste, portanto, em uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, a qual visa mapear o percurso histórico do ensino de Psicologia no âmbito dos cursos de formação docente no decorrer dos últimos dois séculos. A pesquisa exploratória, como explica Gil (2010), promove uma maior relação com o problema de pesquisa, buscando explicitá-lo de maneira mais concisa, bem como corrobora na construção de hipóteses. Desse modo, buscou-se um aprofundamento acerca do contexto histórico da formação docente no Brasil, na perspectiva de compreender melhor o avanço e os percalços do ensino de Psicologia na formação docente.

Quanto à pesquisa bibliográfica, equivale ao levantamento inicial de referenciais teóricos já publicados, incluindo materiais impressos ou eletrônicos (GIL, 2010), fornecendo os subsídios científicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e a identificação e compreensão das lacunas teóricas na área de estudo. Nessa perspectiva, foram buscados textos nacionais indexados nas bases de dados SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico sob o recorte temporal das últimas quatro décadas. Os descritores utilizados para o levantamento bibliográfico foram: história do ensino de Psicologia; Psicologia educacional no Brasil; percurso histórico da Psicologia Educacional; ensino de Psicologia Educacional; e a disciplina de Psicologia Educacional.

Para a discussão e análise teórica, foram selecionados sete artigos científicos publicados em revistas, cinco dissertações, uma monografia, duas teses e um texto publicado como capítulo de livro. É importante ressaltar que os textos selecionados traziam contribuições históricas para a compreensão do ensino de Psicologia na Educação, destacando os conteúdos programáticos abordados nos livros didáticos, as

práticas pedagógicas, experiências formativas e metodologias adotadas, assim como a organização do ensino, ementa ou plano de curso.

Quadro 01 – Textos selecionados para compor o escopo da revisão bibliográfica

Tipo	Título	Autor	Ano
Dissertação	A Psicologia Educacional nas licenciaturas do Estado de Goiás	MONTENEGRO, Maria Eleusa	1987
Dissertação	Conhecimentos psicológicos e séries iniciais: diretrizes para a formação de professores	LAROCCA, Priscila	1996
Artigo	A Psicologia Educacional e a Formação de Professores: Tendências Contemporâneas	BZUNECK, José Aloyseo	1999
Dissertação	As ideias psicológicas e o ensino de psicologia nos cursos Normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950	LHULLIER, Cristina	1999
Tese	Psicologia Educacional: a vez e a voz dos acadêmicos de pedagogia das Universidades Estaduais do Paraná	PAINI, Leonor Dias	2006
Artigo	O ensino de psicologia no espaço das licenciaturas	LAROCCA, Priscila	2007
Artigo	Ensino de Psicologia e seus fins na formação de professores: uma discussão mais que necessária	LAROCCA, Priscila	2007
Artigo	Os livros didáticos de Psicologia Educacional: pistas para análise da formação de professores(as) – (1920 –	ASSUNÇÃO, Maria Madalena Sila de	2007

	1960)		
Dissertação	A disciplina de Psicologia da Educação na Escola Normal secundária de Maringá no período de 1950 a 1970	SILVA, Gescielly Barbosa da	2008
Artigo	Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas	ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino	2008
Capítulo de livro	Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica	ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino	2011
Dissertação	Psicologia e formação do pedagogo: análise da disciplina Psicologia da Educação na UFG/RC (1988-2014)	COSTA, Cibele dos Reis	2015
Tese	Contribuições da Psicologia Escolar para a formação de professores: um estudo sobre a disciplina Psicologia da Educação nas Licenciaturas	CHECCHIA, Ana Karina Amorim	2015
Artigo	Psicologia no Brasil: antecedentes históricos para a constituição da ciência e da profissão	OLIVEIRA, Fernando Faleiros de Oliveira; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães	2021
Artigo	A relação teoria e prática no ensino de psicologia educacional na UFRN: experiências de uma monitoria	TIBÚRCIO, Nadiane Maria da Silva; FONSECA, Géssica Fabielly	2021
Monografia	Metodologias no ensino de Psicologia Educacional: perspectivas para a formação de professores	TIBÚRCIO, Nadiane Maria da Silva	2022

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

3 Aspectos históricos da formação docente no Brasil

Sob um olhar retrospectivo para a trajetória da formação docente no Brasil, lembramos que a preocupação com o preparo docente emerge explicitamente após a promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, sancionada em 15 de outubro de 1827, a qual determina que o ensino, em tais escolas, deveria ser a partir do método mútuo e que os professores para lecionar também deveriam ser instruídos didaticamente neste método (SAVIANI, 2009). Foi a partir desta lei que a organização educacional brasileira dá um passo importante para o processo civilizador e de instrução popular no país, incorporando as ideias de uma educação como dever do Estado, com a distribuição racional das escolas por todo território nacional e a preocupação com a formação e preparação didática de professores realmente habilitados para ministrar o ensino (AMORIM; FERRONATO, 2013).

Com a promulgação do Ato adicional de 1834, a instrução primária foi conduzida, cabendo a responsabilidade às províncias, que criaram, como modelo para a formação docente no país, as Escolas Normais (SAVIANI, 2009). A partir desse período, iniciam os “ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890)”, como colocado por Saviani (2009, p. 144), intervalo temporal no qual foram criadas diversas Escolas Normais com o intuito de formar os profissionais que iriam lecionar nas redes de ensino do país. No entanto, essas escolas tiveram um percurso de constantes fechamentos e reaberturas. Vale ressaltar, que a preparação desses professores era voltada a uma formação específica de cunho pedagógico-didático, todavia, o que, de fato, predominou foi uma formação com ênfase no domínio dos conhecimentos específicos que deveriam ser transmitidos em tais escolas (SAVIANI, 2009). Dessa forma, nota-se que a formação de professores no Brasil, no início do século XIX, origina-se de maneira ainda muito onerosa e incipiente, formando poucos alunos nas Escolas Normais e valorizando uma preparação docente com ênfase nos conteúdos a serem transmitidos.

Não obstante tais percalços, ao final do século XIX e início do século XX, se popularizou a educação no país e, com isso, o “estabelecimento e expansão do padrão

das Escolas Normais (1890-1932)” (SAVIANI, 2009, p. 145), tendo como marco principal a reforma paulista da instrução pública promulgada em 1890, criando a escola-modelo anexa à Escola Normal. O desejo da época era reformar os planos de estudos das Escolas Normais, tornando-a uma escola de formação qualificada e ensino regenerador e, para isso, era necessário enriquecer os conteúdos curriculares e dar ênfase ao exercício prático-pedagógico (SAVIANI, 2009). A visto disso, é possível perceber, que neste período, a preparação dos professores é centralizada no exercício prático, em razão da compreensão de que esta formação só teria sentido próprio a partir da organização curricular para o preparo pedagógico-didático (SAVIANI, 2009).

Após a primeira década do período republicano, o entusiasmo dos reformadores se esmoreceu, predominando o padrão formativo até então dominante, centrado no domínio e transmissão do conhecimento (SAVIANI, 2009). Diante disso, é inaugurada a fase denominada “organização dos institutos de educação (1932-1939)”, encarados como espaços de cultivo da pesquisa científica e do ensino (SAVIANI, 2009, p. 145). Com isso, as Escolas Normais foram transformadas em Escolas de Professores, incluindo um currículo que contemplava disciplinas, como, por exemplo: Biologia Educacional; Sociologia Educacional; Psicologia Educacional; História da Educação; e Introdução ao Ensino (SAVIANI, 2009), as quais adotavam como ensino, práticas, como: a observação, a participação e a experimentação (SAVIANI, 2009).

Foi, então, a partir de 1939, com o decreto-lei n. 1.190, que estruturava de forma definitiva o ensino na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, sendo esta uma instituição referência de ensino superior, que foi constituída uma organização nos cursos de formação docente no país para aqueles que iriam atuar nas escolas secundárias (SAVIANI, 2009). Esse período foi delimitado por Saviani (2009, p. 146) como “Organização e implantação dos cursos de pedagogia e de licenciatura e consolidação do padrão das Escolas Normais (1939-1971)”, tendo se consolidado o modelo que veio a denominar-se popularmente como “esquema 3+1”, adotado para a organização tanto dos cursos de licenciatura como nos cursos de Pedagogia, formando, desse modo,

professores bacharéis especialistas em educação e professores de nível médio para as Escolas Normais (GATTI, 2010).

No referido “esquema 3 + 1”, a formação atribuída a esses professores era dividida do seguinte modo: nos três primeiros anos era aprofundado o estudo das disciplinas específicas a serem ministradas e um ano era destinado à formação didático-pedagógica, com enfoque na atuação profissional (SAVIANI, 2009). Diante disso, nota-se o predomínio de um aspecto dualista na organização do ensino da formação de professores, em que as licenciaturas se estruturam, historicamente, a partir de uma formação focada nos conteúdos culturais-cognitivos, atribuindo à formação didático-pedagógica o sentido de um complemento de exigência formal e não como eixo fundamental para a docência (SAVIANI, 2009). Esta organização enraizou-se na formação de professores e contribuiu para uma perspectiva dicotômica entre teoria e prática, dando ênfase aos conteúdos específicos e se distanciando da atuação pedagógica.

Com o golpe militar em 1964, que impôs diversas alterações no campo educacional por meio de mudanças na legislação do ensino, são extintas as Escolas Normais, surgindo, dessa forma, a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério, sendo denominado como período da “Substituição da Escola Normal pela habilitação específica de Magistério (1971-1996)” (SAVIANI, 2009, p. 147). Essa habilitação foi, então, organizada em duas modalidades básicas: a primeira, tinha a duração de três anos, na qual habilitaria a ministrar aulas até a quarta série e a segunda, tinha duração de quatro anos, em que habilitava a lecionar até a sexta série¹, além de integrar um currículo comum e obrigatório a todo âmbito nacional. Foi somente com a lei n. 5.692 que a formação docente foi prevista em nível superior, através da criação de cursos de licenciatura, os quais poderiam ser de curta duração, isto é, cursos de até três anos, ou a formação plena com duração de quatro anos (SAVIANI, 2009). Durante este

¹ Vale destacar que as denominações, como, quarta série e sexta série foram substituídas em função da nova proposta de organização curricular instaurada por meio da lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece o Ensino Fundamental com duração de nove anos, denominando-o como anos iniciais (do primeiro ao quinto ano) e anos finais (do sexto ao nono ano) do Ensino Fundamental.

período a formação docente foi precarizada, havendo uma formação dispersa, sem uma preocupação efetiva com a apropriação conceitual e atuação pedagógica.

Com isso, no final do século XX, iniciou-se um movimento de reformulação das licenciaturas, assim como, do curso de Pedagogia, adotando a docência como eixo principal da identidade profissional dos educadores (SAVIANI, 2009). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, emerge como alternativa para os cursos de formação docente “Os Institutos Superiores de Educação e as Escolas Normais Superiores (1996-2006)”, os quais surgem como instituições de nível superior de segunda categoria, proporcionando uma formação apressada e mais barata (SAVIANI, 2009, p. 146). No ano de 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores são sancionadas e nos anos seguintes são aprovadas para os cursos de licenciatura as Diretrizes curriculares para organização do ensino, no entanto, nota-se ainda a prevalência de uma formação com enfoque nas áreas específicas com pouco espaço para uma formação didático-pedagógica (GATTI, 2010).

Nessa perspectiva, o percurso histórico da formação de professores no Brasil é marcado por avanços e rupturas, no que diz respeito à precariedade das políticas públicas de formação, que não foram suficientes para sanar os problemas enfrentados pela educação, e à dualidade nos modelos de formação de professores, configurando-se em um processo formativo que ora enfatizava a predominância do modelo dos conteúdos culturais-cognitivos e ora pautava-se no modelo didático-pedagógico, sem haver uma síntese entre esses dois. Destacamos, então, a relevância dos aspectos históricos na formação de professores, visto que é um campo de investigação relativamente recente na área da Educação, sendo, inicialmente, fomentado por pesquisas descritivas, dispersas, assistemáticas e triviais e, redimensionada apenas no início do século XX, a partir de investigações preocupadas em compreender os percalços enfrentados na formação de professores e produzir, bem como difundir os conhecimentos que fundamentem as práticas e políticas educacionais de preparação docente (DINIZ-PEREIRA, 2013).

4 Reflexões sobre a história do ensino de Psicologia na formação docente

No início do século XIX, os saberes psicológicos produzidos eram difundidos principalmente nas instituições de nível superior, no ensino secundário, nas escolas normais e em algumas faculdades de medicina (ANTUNES, 2011). Tais instituições, produziram estudos vinculados às ideias médicas, articulando assuntos educacionais e os fenômenos psicológicos através de temas como saneamento físico e moral, proposições sobre a inteligência e a instrução (ANTUNES, 2011).

As escolas, nesse período, seguiam projetos higienistas que tinham como objetivo a formação moral e o saneamento físico, visando à normalização do comportamento de estudantes por meio de ações repressivas às condutas tidas como perniciosas (ANTUNES, 2011; TIBÚRCIO, 2022). Quanto às Escolas Normais, estas foram as responsáveis por iniciar as discussões, mesmo que de forma incipiente, de temas referentes à aprendizagem da criança e à importância das metodologias de ensino, se aproximando daquilo que, posteriormente, seria denominado de Psicologia Educacional (ANTUNES, 2011).

É, então, no final do século XIX, que as relações entre o fenômeno psicológico e a educação se evidenciam a partir de discussões trazidas por autores do âmbito educacional, como Locke, Rousseau e Pestalozzi, começam a abordar em seus estudos questões de natureza psicológica vinculadas à educação (ANTUNES, 2011). Já no campo da Pedagogia, as disciplinas tratavam “da educação das faculdades psíquicas, como inteligência, sensações e vontades; da aprendizagem; do uso de recompensas e castigos, e do desenvolvimento psicológico” (ANTUNES, 2011, p. 17). Vale destacar, que na última década do século XIX, houve uma reestruturação e reorganização dos currículos das Escolas Normais, destinando o início do curso ao estudo da Psicologia, a qual tinha um programa de ensino que abrangia:

a ideia geral da Psicologia aplicada à moral e à Pedagogia; a atividade física (movimentos, instintos, hábitos); a sensibilidade física (prazer e dor, sentidos e sensações, necessidades e apetites); a inteligência (consciência e percepção, memória e imaginação, abstração, generalização, juízo, raciocínio e razão); a sensibilidade moral e vontade (LHULLIER, 1999, p. 34).

Analisando a Psicologia nas Escolas Normais, nota-se que, neste período, inicia-se, paulatinamente, o aprofundamento das relações entre Psicologia e o processo educativo, bem como o estudo referente às faculdades psíquicas na educação começa a se tornar mais explícito, trazendo discussões relacionadas à aprendizagem, ao desenvolvimento humano e às metodologias de ensino. Esse período também foi próspero devido as inúmeras produções que relacionam os saberes psicológicos com estudos de caráter médico e pedagógico, além do intercâmbio de ideias com países estrangeiros (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021). Todavia, tais produções de conhecimento surgem pautadas em pressupostos higienistas com vistas ao saneamento físico e moral do alunado, sem haver, de fato, um compromisso social com a educação e as camadas populares brasileira. Temas como estes eram relevantes para a época, na medida em que fundamentam o modelo educacional vigente do século XIX pautado em uma educação homogeneizadora e de normalização.

Autonomização, regulamentação e consolidação da Psicologia no século XX

A partir do início do século XX, a população brasileira passa por inúmeras transformações em sua estrutura social, política e econômica: o fortalecimento do pensamento liberal; a consolidação da República; o empenho pela modernização do país; e a busca pelo processo de industrialização em contrapartida ao domínio do modelo agrário (ANTUNES, 2008). Nesse contexto, crescem as influências dos princípios da Escola Nova na área da Educação com o intuito de difundir as novas concepções de homem e de sociedade oriundas do pensamento liberal e de formar os sujeitos para essa nova sociedade que se apresenta (TIBÚRCIO, 2022). Além disso, o pensamento escolanovista traz para o debate a necessidade de escolarização das massas populares a partir de uma educação de responsabilidade do Estado e uma maior sistematização e organização do plano educacional para o país, abarcando ideias pedagógicas por meio de um ensino com ênfase na aprendizagem e desenvolvimento autônomo do alunado (TIBÚRCIO, 2022).

Com isso, ficou a cargo das Escolas Normais difundir os princípios escolanovistas na educação brasileira com intuito de formar os professores a partir desses preceitos e produzir novos saberes através dos laboratórios de Psicologia (ANTUNES, 2011). Vale destacar, que neste período, em 1920, foram estabelecidas as Reformas Estaduais de Ensino, que instituiu a Psicologia como fundamento científico para a Educação, reconhecendo e consolidando a Psicologia como substrato científico e área específica do conhecimento no Brasil (ANTUNES, 2008). Nesse contexto, os saberes provenientes da Europa e Estados Unidos são incorporados no pensamento educacional brasileiro e a Psicologia passa a ser utilizada para definir os objetivos educacionais de forma reducionista, contemplando apenas as necessidades do organismo individual, de maneira apartada do organismo social (LHULLIER, 1999).

Foi também neste período que a Psicologia se consolida a partir de ideias para a constituição das estruturas importantes para o país, como a instauração de vários laboratórios no âmbito da Psicologia Experimental que produziam saberes aplicados à Educação. Entre tais laboratórios, estava o primeiro laboratório denominado de Pedagogium, criado em 1931, sob a direção de Lourenço Filho, inserido em um instituto que buscava produzir e difundir conhecimentos bem como estimulava as investigações educacionais (LHULLIER, 1999; ANTUNES, 2011; TIBÚRCIO, 2022), e que integra a história do que atualmente denominamos de Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021). Estes laboratórios realizavam trabalhos experimentais aprofundando estudos acerca da inteligência, escolaridade, memória, aprendizagem e personalidade infantil, bem como buscavam adaptar e revisar os testes psicológicos de inteligência e aptidão (LHULLIER, 1999). Assunção (2007) destaca que a preocupação com os testes psicológicos, sejam estes individuais ou coletivos, era perceptível durante este período, os quais eram aplicados com a finalidade de conhecer (em uma perspectiva de avaliação) e educar a criança. Estes também ratificavam a orientação pedagógica da época, a qual pautava-se a partir de uma educação fundamentada nos saberes científicos sobre a “matéria-prima” a ser educada ou moldada (ASSUNÇÃO, 2007).

A década de 1930 é marcada pela criação dos cursos de Psicologia em universidades e a consolidação da disciplina de Psicologia como obrigatória no Ensino Superior (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021). Dessa forma, foram criados os cursos de Psicologia Geral na Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1934, e a cátedra de Psicologia Educacional na referida universidade (LHULLIER, 1999; ANTUNES, 2011; TIBÚRCIO, 2022). Assunção (2007) vai destacar que esta década foi importante para a produção do conhecimento e a publicação de livros didáticos no país, devido à influência da Escola Nova, evidenciando a relevância da Psicologia na Educação para época. Tais livros didáticos pautavam-se em preceitos neurológicos para o entendimento do comportamento humano e dos problemas de aprendizagem na infância, atribuindo muitos desses comportamentos à herança genética e aos fatores inatos (ASSUNÇÃO, 2007). Além disso, a Psicologia Educacional nas Escolas Normais tinha como intuito desenvolver uma postura científica nos futuros professores, permitindo um conhecimento sobre a criança baseado na higiene e moral, buscando a adaptação e ajustamento da criança ao meio.

A Psicologia torna-se, assim, o principal sustentáculo da Educação e, a através do currículo dos cursos das Escolas Normais, é possível notar um domínio dos saberes psicológicos sob os pedagógicos, pois a Psicologia Educacional desenvolvida à época direcionava seu olhar para a “criança problema” e seus “problemas de aprendizagem” (TIBÚRCIO, 2022), engendrando um psicologismo exacerbado, pautando o desenvolvimento da prática pedagógica com um enfoque estritamente psicológico, responsabilizando o aluno por seu fracasso escolar, ignorando, dessa forma, os aspectos históricos-sociais que constituem o processo educativo (CHECCHIA, 2015).

Posto isso, a Psicologia neste período configurava-se em uma ciência de base higienista, a qual seguia os preceitos de uma perspectiva clínica e curativa, apoiando-se nos conhecimentos da Biologia e da Medicina (GOMES; PEREIRA, 2022). Esta, era influenciada pelas teorias oriundas do pensamento liberal e pelo modelo econômico capitalista, que buscava atender a demanda de classificação e seleção dos alunos através dos testes psicológicos e análise laboratorial com vistas a melhorar a organização do

ensino do Brasil (SILVA, 2008). No entanto, tais testes e análises contribuíram para rotulação dos alunos, diagnosticando-os como “crianças problemas” ou “deficientes”, tornando, desse modo, a escola em um espaço de segregação e desigualdades sociais (CHECCHIA, 2015; ANTUNES, 2011; TIBÚRCIO, 2022).

No ano de 1962, a profissão e atuação do psicólogo é reconhecida pela lei n. 4.119, assim como houve a legitimação da formação em Psicologia através de cursos de nível superior (ANTUNES, 2011; TIBÚRCIO, 2022); já em 1968, a Reforma Universitária ampliou, por meio da privatização, os cursos de Psicologia no ensino superior, havendo um considerável aumento do número de psicólogos no país, no entanto, com uma formação precária e aligeirada e poucas possibilidades de inserção profissional (ANTUNES, 2011). Neste período, se destaca, então, os livros de Afro do Amaral Fontoura no ensino de Psicologia Educacional nas Escolas Normais, os quais pautavam-se no estudo sobre o desenvolvimento infantil (SILVA, 2008; ASSUNÇÃO, 2007). Ademais, os programas de ensino da disciplina em algumas destas escolas, eram organizados com base na: “Psicologia Experimental Racional; Questionário Prático; Extropecção e Experimentação; Barlund e a Experimentação; Métodos e Inquéritos; Medida de Intelige Speraman e a Inteligência; Os Testes²” (SILVA, 2008, p. 129). Também é neste período que há grande influência da abordagem Behaviorista nas discussões dos livros didáticos da área, tendo em vista que predominava na Educação brasileira a Pedagogia tecnicista (ASSUNÇÃO, 2007).

Diante disso, em meados da década de 1970, as relações entre Psicologia e Educação passaram a ser fortemente criticadas, visto que existia uma falta de rigor teórico e científico quanto às articulações entre estas duas ciências, de modo que os saberes psicológicos eram incorporados às práticas educativas de maneira superficial (MONTENEGRO, 1987; CHECCHIA, 2015; TIBÚRCIO, 2022). Nesse cenário, os saberes psicológicos produzidos eram aplicados aos problemas educacionais com a justificativa de resolver os problemas no âmbito da educação, remetendo a perspectiva de uma

² É importante destacar que a formulação de tais disciplinas eram baseadas nas teorias em voga da época, fundamentadas a partir de concepções empiristas.

Psicologia Aplicada à Educação, que segundo Larocca (2007), se consolidou nos cursos de licenciatura em razão do seu *modus operandi*, baseado no modelo racional-técnico, que organizava o currículo de maneira a estudar inicialmente as teorias, isto é, os fundamentos da educação, e, posteriormente, as práticas educacionais, ou seja, as disciplinas didático-pedagógicas. A autora também ressalta que essa organização curricular trouxe profundas implicações para o saber-fazer dos profissionais docente, provendo, dessa forma, dicotomias entre “teoria e prática, pensar e fazer, fundamentos, conteúdos e metodologias” (LAROCCA, 2007, p. 300).

É, então, no final do século XX e início do século XXI, que as influências das concepções críticas de homem emergem na sociedade brasileira e em seu contexto educacional, promovendo mudanças nas práticas tradicionais da Psicologia, surgindo, dessa forma, novas práticas comprometidas com os interesses das camadas populares, considerando o fenômeno psicológico como histórico-social e multideterminado (TIBÚRCIO, 2022). Tais concepções forjaram as condições necessárias para uma atuação profissional e pedagógica comprometida com a transformação social e educacional (ANTUNES, 2011). No entanto, os desafios oriundos de uma trajetória marcada por interesses políticos e econômicos de caráter individualista e higienista no que se refere à Psicologia Educacional na formação de professores continuaram, engendrando, assim, a concepção da Psicologia Educacional como uma disciplina eminentemente teórica, desarticulada do contexto educacional e sem consenso em relação aos conteúdos basilares para subsidiar a prática profissional dos futuros professores (MONTENEGRO, 1987; LAROCCA, 1996).

As contribuições e os desafios da Psicologia na formação docente no século XXI

A Psicologia no século XXI carrega em si uma trajetória difusa, repleta de avanços no que concerne as suas contribuições para a formação docente, mas também é cercada por diversos percalços decorrente da concepção historicamente construída de uma disciplina iminentemente teórica, inserida no conjunto de fundamentos da educação

(BZUNECK, 1999; LAROCCA, 2007; TIBÚRCIO, 2022), sendo muitas vezes “tratada como um conjunto de conhecimentos a serem aprendidos pelos futuros professores, a título de base para sua atuação profissional” (BZUNECK, 1999, p. 42). Tal concepção reverbera nos espaços das licenciaturas de modo que esta disciplina desenvolve atualmente um ensino apressado, fragmentado, pouco aprofundado, distante do contexto escolar (LAROCCA, 2007; COSTA, 2015), com poucas articulações interdisciplinares, uma carga horária insuficiente mediante ao conteúdo programático e com articulações dicotômicas entre teoria e prática (PAINI, 2006; CHECCHIA, 2015).

Nessa perspectiva, a autora Larocca (2007) afirma que a disciplina de Psicologia Educacional tem vivenciado uma situação artificial na formação de professores, explicando que esta disciplina apenas se aproxima dos problemas relacionados à educação e à prática social docente, no entanto, não os vivencia, de fato, com os estudantes de licenciatura mediante o conteúdo programático e as relações com a atuação pedagógica. (LAROCCA, 2007; TIBÚRCIO, 2022). Dessa maneira, a literatura atual que discute a Psicologia na Educação considera que esta deve assumir o seu status teórico-prático na formação inicial de professores, desenvolvendo um ensino que considera o aluno que o professor tem diante de si, a realidade educacional, escolar e social, as diferentes contribuições da Psicologia para a Educação (LAROCCA, 1996) e “a construção de uma prática pedagógica que priorize metodologias teórico-práticas” (TIBÚRCIO, 2022, p. 26).

Diante disso, nota-se que no século XXI a Psicologia tem buscado desenvolver uma atuação na formação de professores comprometida com a transformação da Educação, considerando a unidade dialética entre os saberes psicológicos, os quais permitem o acesso as abordagens teóricas e os modos de enxergar através das lentes da ciência (BZUNECK, 1999; TIBURCIO, 2022), e a Educação, que é a prática social transformada por meio da intervenção e atuação docente (LAROCCA, 2007). Assim, a Psicologia Educacional, atualmente, configura-se como uma ciência que se dedica ao estudo dos processos relacionados ao ensina e a aprender nas diferentes temporalidades da vida humana, na qual em diálogo com as diversas ciências educacionais fornece os subsídios teórico-metodológicos suficientes para que o processo educativo alcance seus

objetivos (TIBURCIO, 2022), cuja a função é desenvolver nos futuros profissionais da docência uma perspectiva psicológica útil na sua prática social, considerando, dessa forma, os saberes psicológicos, a realidade educacional e a sabedoria da prática (BZUNECK, 1999; TIBÚRCIO, 2022).

4 Considerações finais

17

As análises relativas aos materiais bibliográficos selecionados nas bases de dados Portais SciELO, CAPES e Google Acadêmico evidenciam que o ensino de Psicologia na formação docente integra um panorama histórico caracterizado como complexo e não linear, constituído por sucessivos avanços e retrocessos. Neste percurso podemos perceber que, inicialmente, na história da Psicologia na formação docente no Brasil, os saberes psicológicos foram difundidos nas instituições de Ensino Superior, Secundário e Normal, produzindo estudos que articulavam o psiquismo com ideias médicas e projetos higienistas, buscando o saneamento físico e a formação moral do alunado sem haver um compromisso social com a ação pedagógica. Em seguida, nota-se a Psicologia assumindo um papel de uma ciência individualista e elitista, influenciada por teorias de caráter higienista, baseada nos preceitos da Biologia e da Medicina, com intuito a seleção e classificação dos alunos a partir dos testes psicológicos e a análise laboratorial, transformando as escolas em espaços de segregação e desigualdades.

É somente no final do século XX e início do século XXI que a Psicologia avança e remodela suas concepções a partir da influência das teorias progressistas, compondo um campo de atuação comprometido com as instâncias sociais e com a transformação da Educação, ultrapassando, assim, os limites de sua constituição e consolidação. Este percurso histórico subsidia uma compreensão mais acurada e contextualizada da diversidade de perspectivas assumidas pela Psicologia na formação docente, em especial sobre as dificuldades que refletem até os dias de hoje no que diz respeito às contribuições desta ciência para a formação e prática docente. Enfatizamos aqui que a Psicologia deve assumir seu status teórico-prático na formação docente com vistas a superar os percalços

que se consolidaram historicamente, buscando também realizar um intercâmbio com a realidade educacional e os saberes provenientes da prática para, assim, desenvolver um ensino significativo e eficaz na formação dos futuros docentes.

Referências

18

AMORIM, Simone Silveira; FERRONATO, Cristiano. O processo de profissionalização docente e a criação da Escola Normal em Sergipe (1827-1879). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 1, p. 209-225, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/gSjKj4tTpcKTr437NwnQvFD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica. In: AZZI, R. G.; GIANFALDONI, M. H. T. A. (org). **Psicologia e Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. Os livros didáticos de Psicologia Educacional: pistas para análise da formação de professores(as)-(1920-1960). **Temas em Psicologia**, Contagem, v. 15, n. 1, p. 69-84, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/08.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

BZUNECK, José Aloyseo. A psicologia educacional e a formação de professores: tendências contemporâneas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Londrina, v.3, n.1, p. 41-52, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/pWcbh3sFHzm7vdM3g3PbPRP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2022.

COSTA, Cibele dos Reis. **Psicologia e Formação do Pedagogo**: análise da Disciplina Psicologia da Educação na UFG/RC (1988-2014). 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Catalão, 2015. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5061>. Acesso em: 20 out. 2022.

CHECCHIA, Ana Karina Amorim. **Contribuições da psicologia escolar para formação de professores:** um estudo sobre a disciplina psicologia da educação nas licenciaturas. 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-07082015-114724/publico/checcia_do.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 145-154, 2013.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, p. 1355-1379, 2010. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Maria de Fátima C.; PEREIRA, Marcelo R. Psicologia educacional: definição, história e problematizações gerias. In: GOMES, Maria de Fátima C.; PEREIRA, Marcelo R. (Orgs.). **Psicologia Educacional: sujeitos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2022. p. 125-139, 2022.

LAROCCA, Priscila. **Conhecimento psicológico e séries iniciais: diretrizes para a formação de professores**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/910>. Acesso em: 15 out. 2022.

LAROCCA, Priscila. O ensino de psicologia no espaço das licenciaturas. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 8, n. 2, p. 295-306, 2007.

LAROCCA, Priscila. Ensino de Psicologia e seus fins na formação de professores: uma discussão mais que necessária. **Temas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 57-68, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/07.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

LHULLIER, Cristina. **As ideias psicológicas e o ensino de Psicologia nos cursos normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950**. 1999. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2716> <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2716>. Acesso em: 20 out. 2022.

MONTENEGRO, Maria Eleusa. **A Psicologia Educacional nas licenciaturas do estado de Goiás**. 1987. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14531>. Acesso em: 20 out. 2022.

OLIVEIRA, Fernando Faleiros de Oliveira; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães. Psicologia no Brasil: antecedentes históricos para a constituição da ciência e da profissão. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 04, p. 46206-46210, 2021.

PAINI, Leonor Dias. **Psicologia educacional: a vez e a voz dos acadêmicos de pedagogia das universidades estaduais do Paraná**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-29102007-201022/pt-br.php>. Acesso em: 20 out. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, p. 143-155, 2009.

SILVA, Gescielly Barbosa da. **A disciplina de Psicologia da Educação na Escola Normal secundária de Maringá no período de 1950 a 1970**. 2008. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Área de Concentração: Educação Escolar, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

TIBÚRCIO, Nadiane Maria da Silva. **Metodologias no ensino de Psicologia Educacional: perspectivas para a formação de professores**. 2022. 59 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

TIBÚRCIO, Nadiane Maria da Silva; FONSECA, Géssica Fabiely. A relação teoria e prática no ensino de psicologia educacional na UFRN: experiências de uma monitoria. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e24516, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24516/14166>. Acesso em: 22 out 2022.

ⁱ **Nadiane Maria da Silva Tibúrcio**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1197-7231>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFRN). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e foi Bolsista de Monitoria Acadêmica em componentes de Psicologia Educacional – PROGRAD.

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Escrita, Revisão e Edição, Investigação, Metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4190817866842565>

E-mail: nadiane.maria@gmail.com

ii **Cynara Teixeira Ribeiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7109-2630>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutora em Psicologia (UFBA). Mestra em Psicologia Social (PUC/SP). Graduada em Psicologia (UFRN). Professora Associada do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação pelo Centro de Educação da UFRN. Orientadora de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Direção do Centro de Educação da UFRN.

Contribuição de autoria: Análise Formal, Escrita, Revisão e Edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1018577427983026>

E-mail: cynara_ribeiro@yahoo.com.br

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Tânia Goraeyb Sucupira e Nadja Rinelle Oliveira de Almeida

Como citar este artigo (ABNT):

TIBÚRCIO, Nadiane Maria da Silva; RIBEIRO, Cynara Teixeira. Reflexões sobre a história do ensino de Psicologia nos cursos de licenciatura. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 5, e510352, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v5.10352>

Recebido em 15 de fevereiro de 2023.

Aceito em 30 de maio de 2023.

Publicado em 30 de maio de 2023.